

Um sistema de consulta para Brasília



Em Brasília desde 1968 e tendo um "respeito muito grande" por quem chegou antes, o gaúcho José Carlos Coutinho considera - se "um brasiliense de fato" e, não apenas, um "morador da cidade". Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB e professor de planejamento urbano, com vários cursos de especialização no país e no exterior, ele defende o estabelecimento de um mecanismo permanente de consulta à população sobre assuntos administrativos. Essa tese ele fundamenta do ponto de vista eminentemente profissional, sem a menor ligação política, pois foi como técnico que chegou à conclusão de que "é impossível planejar uma cidade sem ir buscar nos anseios da população o que ela deseja, aspira e necessita".

O professor José Carlos Coutinho, diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, propôs ontem uma dinamização de todas as entidades associativas da cidade de modo a formar um sistema permanente de representação que traduza os anseios e a vontade da população. Ele considera que a essas entidades deve ser garantido o direito de opinar e sugerir soluções para os problemas comunitários, pois "toda a sociedade tem que ter o seu meio de expressão".

Coutinho, gaúcho de São Leopoldo, professor de planejamento urbano com vários cursos de especialização no Brasil e no exterior, destaca que essa preocupação não tem qualquer sentido político, a não ser dentro do princípio de que todo homem é um ser político. Segundo ele, ela nasceu do próprio exercício profissional que lhe tem mostrado ser impossível planejar uma cidade sem ir buscar nos anseios de sua população, o que ela aspira e deseja, pois "só assim são evitadas visões personalistas e decisões erradas".

No caso específico de Brasília, esse sistema de representação é por demais urgente e necessário, tendo em vista as peculiaridades da cidade, inclusive e, no caso, especialmente, sob o ponto de vista administrativo.

"Os administradores são pessoas designadas e, geralmente, não conhecem a cidade. Ocorre que chegam esses grupos, geralmente formados em torno de regiões, de acordo com a origem do seu chefe, e administram segundo uma visão subjetiva dos problemas. E, o pior: tradicionalmente, cumprido o seu período de Governo, esses grupos terminam voltando para os seus locais de origem, deixando com a população o ônus das conseqüências do que fizeram".

O sistema de representação visualizado por Coutinho despreza as fórmulas já existentes. Embora ele considere que seja urgente a necessidade de sua instituição, entende que o caminho mais fácil é o que deve ser percorrido. "Se este for, por exemplo, uma Câmara de Vereadores, apesar de todas as passagens inglórias que essa instituição registra na história do país, que seja esta a trilha a percorrer".

Carlos Coutinho vê com entusiasmo o despertar de núcleos de opiniões em defesa da representação política, "porque todo o esforço que se faça nesse sentido é positivo". Mas, lamenta que, até agora, talvez por falta de uma abertura maior, esses núcleos estejam, praticamente, limitados a manifestações esporádicas da Associação Comercial do Distrito Federal, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ordem dos Advogados e Associação Brasileira de Imprensa. Ressalta, porém, que isso não invalida o trabalho que está sendo feito, embora não se possa deixar de reconhecer que esses órgãos, pelas próprias atribuições de cada um, geralmente falam em nome do grupo que representam.

Na sua opinião deve ser estimulada uma ampliação desse debate, dando - se a associações de quadras, de moradores das cidades - satélites, a oportunidade de surgimento e de participação, sem que isso venha a ser encarado de forma deturpada. "O exercício mais elementar da democracia - assinala - é permitir que a população se manifeste".

Com isso, de acordo com o entendimento de José Carlos Coutinho, as pressões, opiniões e anseios da população chegariam a quem tem o poder de decisão, impondo o que é realmente necessário e prioritário ao desnecessário ou supérfluo e evitando "desastros administrativos como o do Espaço Cultural, que são as ruínas mais caras do Brasil".

Participando, a população fatalmente passaria a se sentir mais responsável pelas coisas da cidade, seria motivada a se sentir um condômino da cidade e não apenas um morador. E, repetindo conceito que emitiu no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Bra-

sília, promovido em agosto de 1974 pela Comissão do Distrito Federal no Senado, acentuou:

"Uma cidade - para citar um conhecido planejador da Universidade da Califórnia, William Alonso - não se deve comportar como uma aeronave em que os planos são previamente determinados, aberta - se um botão, ela é disparada e pouca opção resta aos seus passageiros, antes que chegue ao seu destino. Uma cidade deve conter os seus mecanismos de correção e esses mecanismos repousam exatamente no esforço consciente da sua população, no seu trabalho, e na unidade de seus objetivos e das suas aspirações".

Na mesma ocasião, Coutinho já destacara: "Toda a população tem que ver na sua cidade o fruto de um esforço coletivo de construção, de conquista do seu ambiente vital. Não deve ser algo imposto, não deve ser algo doado, deve ser algo conquistado a partir dos seus anseios, das suas aspirações, das suas reivindicações".

O professor manifesta ter "absoluta convicção de que a cidade venha a dispor do seu sistema de representação. Ele entende que o assunto já vem alcançando uma receptividade mais ampla, o que tem facilitado e alargado os debates que se realizam em torno do assunto".

Mas, ele acha imprescindível que as discussões sejam levadas a todos os setores da comunidade, para que ao ser definida a opção mais viável, essa decisão represente, realmente, o tanto quanto possível, o anseio geral da população como um todo e não apenas de pequenas parcelas, grupos ou núcleos.

Coutinho externa a preocupação de que "esse esforço possa parecer isolado". Tal entendimento oferece o perigo de que pela força e poder de influência daqueles que o empreendem, no front, acabe por se constituir um sistema de representação que venha a servir, apenas, aos interesses de grupos isolados. Daí a razão de sua proposta para que seja incentivada a criação de mecanismos para que uma camada mais extensa da população possa desenvolver, também, atividades nesse sentido.

Nesse particular, ele considera como das mais válidas a experiência que se desenvolve na SQS 303, onde os moradores se organizaram e formaram uma mini-prefeitura. Talvez isso não seja, na verdade, o ideal, mas já demonstra um passo a mais no processo para acabar com o espírito paternalista, pelo qual "todo mundo se acostumou a receber de graça, sem saber quanto custa, cobra soluções, mas não zela pelas coisas públicas".

Outra atividade considerada da maior importância para despertar na população a necessidade de se organizar e tomar consciência, pelo menos, dos seus problemas imediatos é a que pode ser desenvolvida pelas Associações de Pais e Mestres. A efetiva participação nessas entidades, pela maior integração que proporciona entre pais - filhos - escola, além de ter a vantagem de propiciar, via diálogo, um melhor aproveitamento educacional das crianças desperta o sentimento de co-responsabilidade, motiva o esforço coletivo na construção de alguma coisa e desfaz a sensação de que tudo é recebido como imposição ou por doação.

Coutinho volta a assinalar que não alimenta a menor pretensão de vir a exercer cargos políticos. Mas, como habitante da cidade e consciente de que o debate, a participação, são fatores cruciais, para a garantia de uma boa qualidade de vida, manifestou-se disposto a aceitar os convites que lhe sejam formulados para a discussão de suas idéias. Aliás, esse tipo de atividade constitui uma espécie do "mecanismo de consulta" por ele também proposto no I Seminário de Estudos sobre Problemas Urbanos de Brasília: uma modalidade de consulta que permita uma discussão aberta e franca e que se estenda a todas as camadas, sociais e etárias, da população.